

# Governo desidrata pacote de Haddad, dólar bate R\$ 6 e Congresso cobra emendas para dar aval

Juro de títulos do Tesouro Direto supera 7% ao ano; expectativa é que medidas sejam enviadas nesta sexta (29)

BRASÍLIA E SÃO PAULO O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou nesta quinta-feira (28) o detalhamento do pacote do governo para a contenção de gastos públicos, estimando uma economia de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026.

Uma das principais medidas é a limitação do ganho real do salário mínimo, que vai acompanhar as mesmas regras do arcabouço fiscal — cujo limite de despesas tem expansão real de 0,6% a 2,5% ao ano.

Após semanas de expectativa pelo anúncio, no entanto, a proposta final acabou decepcionando o mercado financeiro, ao excluir medidas de maior impacto fiscal e também por incluir a elevação para até R\$ 5.000 a faixa de isenção de Imposto de Renda, tendo como fonte a taxa de quem tem renda superior a R\$ 50 mil mensais.

O dólar chegou a superar pela primeira vez na história a barreira de R\$ 6, mas depois recuou le-

vemente e fechou a R\$ 5,99, em alta de 1,3% no dia. A Bolsa caiu 2,39%, para 124.610 pontos.

Os juros futuros dispararam, sob reflexo do pessimismo, e impactam a rentabilidade do Tesouro Direto. O IPCA+ com vencimento em 2029, por exemplo, foi vendido com taxa de retorno de 7,14% ao ano.

Para o mercado, o problema foi comunicar as duas medidas ao mesmo tempo — especialmente em um momento de grande expectativa pelo pacote de cortes.

“Os investidores provavelmente receberiam de braços abertos esse valor significativo de R\$ 70 bilhões, mas a surpreendente medida de isentar os salários até R\$ 5.000 conteve o otimismo”, avalia Eduardo Moutinho, analista de mercados do Ebury Bank.

A expectativa é que a proposta com as medidas de contenção de gastos seja encaminhada para o Congresso Nacional até esta sexta-feira (29). Enquanto o Planalto se mostra otimista com a apro-

vação ainda neste ano, líderes na Câmara e no Senado apontam que destravar o pagamento das emendas parlamentares é condição para o aval do Parlamento.

Integrantes do governo alegam que Lula já fez um gesto ao sancionar, sem vetos, como saiu do Congresso, a lei que define novas regras para uso de emendas. Tanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), como o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmaram que a suspensão das emendas não interfere na aprovação do pacote fiscal, e que há boa vontade do Congresso para aprovar até o fim do ano.

Lideranças das duas Casas afirmam reservadamente que, se os recursos não forem liberados, nenhuma pauta de interesse do Executivo será aprovada até o fim do ano. Segundo relatos colhidos pela Folha, a avaliação é que há grande insatisfação, sobretudo no chamado baixo clérbrigad- solo, grupo sem influência poli-

**+**  
**Medida é ‘coisa extraordinária’, afirma Lula**

O presidente Lula (PT) disse nesta quinta (28) que o pacote de contenção de gastos elaborado pela equipe econômica é uma “medida extraordinária”, porque é necessário cumprir as regras do arcabouço fiscal.

Lula também celebrou a elevação da faixa de isenção de Imposto de Renda para pessoas que ganham até R\$ 5.000 e afirmou que a cobrança de uma alíquota mínima para contribuintes com renda de R\$ 50 mil por mês se deu “sem nenhum abuso, com muita neutralidade”.

tica nacional expressiva.

O pacote do governo foi detalhado em uma entrevista no Planalto. Além de Haddad, participaram Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Paulo Pimenta (Secom).

Há também no pacote alterações no abono salarial, na aposentadoria de militares, apertado nas regras de acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), criação de um imposto mínimo para super-ricos.

Após grande discussão dentro do governo, incluindo ameaças de pedidos de demissão, o pacote da equipe econômica acabou desidratado em relação aos objetivos iniciais. Ficaram de fora medidas que teriam um grande impacto fiscal, como mudanças no seguro-desemprego e nos pisos constitucionais de saúde e educação, além de uma reforma mais ampla no abono salarial.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado **Caderno:** A **Página:** 15